

# A ESTRUTURA SINTÁTICA DAS SENTENÇAS EXISTENCIAIS E O EFEITO DE DEFINITUDE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O INGLÊS E O PORTUGUÊS DO BRASIL \*

Evani Viotti\*\*

## Introdução

O termo “efeito de definitude” refere-se ao fato de que a posição pós-verbal de sentenças existenciais parece só aceitar a presença de sintagmas nominais indefinidos, como mostram as sentenças do inglês e do português brasileiro entre (1) e (4):

\* A pesquisa em que se baseia este trabalho foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, processo número 99/10354-5. Agradeço a Leland McCleary pelas cuidadosas leituras feitas de versões anteriores deste texto, e por algumas idéias que foram aqui exploradas. Agradeço também os comentários feitos pelos participantes do II Workshop de Semântica do Português, realizado pelo Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo, em especial aos professores Barbara Partee e Vladimir Borshev, da Universidade de Massachusetts em Amherst, e ao professor Luigi Rizzi, da Universidade de Siena.

\*\* Universidade de São Paulo.

- (1) There's a chair on the corner of the room.
- (2) Tem uma cadeira no canto da sala.
- (3) \*There's the chair on the corner of the room.
- (4) \*Tem a cadeira no canto da sala.

Esse efeito tem sido verificado em inúmeras línguas e explicado segundo diferentes perspectivas. Milsark (1974, 1977), Barwise e Cooper (1981), Keenan (1987), apenas para citar alguns, desenvolveram análises de base semântica para explicar essa característica das sentenças existenciais. Safir (1985, 1987) e Belletti (1988) deram ao efeito de definitude um tratamento sintático. Várias propostas pragmáticas também têm sido apresentadas, como as de Lumsden (1988), Ward e Birner (1985), entre outros.

Apesar de terem bases diferentes, essas propostas têm em comum o fato de assumirem como categórica a agramaticalidade das sentenças existenciais construídas com um sintagma nominal definido em posição pós-verbal, como as apresentadas em (3) e (4) acima.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa dos fatos mostra que o efeito de definitude não é tão categórico quanto parece.<sup>1</sup> Tem sido demonstrado que a presença de um sintagma nominal definido na posição pós-verbal de sentenças existenciais é possível em várias línguas, o inglês e o português brasileiro entre elas (Abbott, 1993; McNally, 1997; Viotti, 2000a/b, 2001).

Este trabalho pretende mostrar que condições impostas pela definitude, ligadas à função pragmática dessas sentenças, explicam boa parte do efeito de definitude. Seu objetivo é também explorar a possível conexão que existe entre a estrutura sintática das sentenças existenciais e o efeito de definitude, apontar algumas assimetrias entre o inglês e o português brasileiro, e sugerir uma explicação para elas.

A literatura sobre o efeito de definitude, de maneira geral, considera que a restrição se aplica a sintagmas nominais precedidos por determinantes definidos (artigos definidos, pronomes possessivos e demonstrativos), e pelos chamados quantificadores fortes, como *todo*, *todos os*, *cada*, *a maioria de* etc. Conseqüentemente, as propostas sobre a natureza do efeito de definitude devem dar a mesma explicação para as agramaticalidades causadas pela presença,

1 Vários dos trabalhos que tratam do efeito de definitude admitem que existem exceções e tentam acomodá-las dentro de seus modelos. Entretanto, por esses modelos serem altamente restritivos, e pelo fato de os casos de presença de sintagmas nominais definidos em posição pós-verbal de sentenças existenciais não serem tão excepcionais quanto parecem, essas acomodações deixam muito a desejar.

na posição pós-verbal de sentenças existenciais, de sintagmas nominais introduzidos por um artigo definido e daqueles introduzidos por um quantificador distributivo como *cada*. Por razões que ainda não estão claras para mim, eu não acho que o efeito de definitude possa ter um tratamento unitário. Portanto, optei por estudar cada caso separadamente. Neste trabalho, trato apenas do efeito de definitude causado pela presença, na posição pós-verbal das sentenças existenciais, de sintagmas nominais introduzidos pelo artigo definido.

No item 2, trato das condições impostas pela definitude. No item 3, analiso a função pragmática das sentenças existenciais e sua relação com a estrutura sintática das sentenças. No item 4, apresento algumas assimetrias entre as sentenças existenciais do inglês e as do português do Brasil. No item 5, faço um esboço preliminar de uma possível análise para essa assimetria. Finalmente, concluo mostrando que, uma vez que se cumpram certos requisitos impostos pela própria definitude e pela função pragmática das sentenças existenciais – que se reflete em sua estrutura sintática – a realização de um sintagma nominal definido em posição pós-verbal é possível nas sentenças existenciais. A assimetria que se verifica entre o inglês e o português está relacionada ao fato de que, em inglês, mas não em português, a posição de sujeito das sentenças existenciais é ocupada por um expletivo, que bloqueia ligações anafóricas entre elementos dessas sentenças e referentes de discurso enunciados anteriormente.

## Condições impostas pela definitude

Para se analisar a propriedade de uso de um sintagma nominal definido em um determinado contexto sintático, é necessário, inicialmente, verificar-se se esse sintagma obedece às imposições da própria definitude, que são, em geral, formuladas sob duas condições: a condição de *uniqueness*, e a condição de familiaridade.

A condição de *uniqueness* diz respeito à semântica do artigo definido, e é chamada por Hawkins (1978) de condição de inclusividade. Essa condição dá conta do fato de que o uso do artigo definido indica que o falante está se referindo à totalidade dos objetos ou da massa que satisfaz a expressão referencial.

O uso da artigo indefinido, por outro lado, indica que o falante está se referindo a um subconjunto do conjunto de referentes em potencial, denotados pela expressão referencial.<sup>2</sup> Notem os seguintes exemplos:

- (5) I need to return the books after class.
- (6) Eu preciso devolver os livros depois da aula.
- (7) John is bringing the car in.
- (8) O João tá pondo o carro pra dentro.

Nos exemplos em (5) e (6), o sintagma nominal definido se refere a todos os livros relevantes, e, nas sentenças (7) e (8), o sintagma definido se refere a um único carro.

A condição de *uniqueness* ou inclusividade tem sido extensivamente discutida na literatura. Como essa condição parece não ter relevância para o uso de sintagmas definidos na posição pós-verbal das sentenças existenciais, não vou entrar no mérito da questão aqui, e remeto o leitor à literatura sobre o assunto.<sup>3</sup>

A segunda condição para a realização da definitude – a condição de familiaridade – é a condição que mais de perto nos interessa. Para Hawkins (1978), o uso de artigo definido é um modo de instruir o ouvinte a localizar o referente do sintagma nominal em um determinado conjunto de conhecimento, que deve ser compartilhado entre o falante e o ouvinte. Por isso, ele chama a condição de familiaridade de “locação” (*location*). Como exemplo de conjuntos de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, ele arrola os seguintes:

- o discurso anterior, do qual participaram o falante e o ouvinte:

- (9) John presented an interesting proposal in class today.  
I went to discuss *the proposal* with him later.

2 Essa condição, como proposta por Hawkins e muitos outros, tem sido considerada excessivamente rígida por alguns. Burton-Roberts (1981), mostra que um sintagma nominal definido pode se referir a um subconjunto dos membros individuais de um conjunto, como no exemplo (i):

- (i) As nuvens estão nos protegendo do sol.

Para Burton-Roberts, usos desse tipo mostram que o artigo definido não pode ser correlacionado com a quantificação universal, e deve ser tratado em combinação com a pragmática da situação.

3 Ver, entre outros, Russell (1905), Strawson (1950), Heim (1982) e Kadmon (1997).

- (10) O João apresentou uma proposta interessante na aula hoje. Mais tarde, eu fui discutir *a proposta* com ele.

• a situação de enunciação (falante e ouvinte sentados à mesa do café da manhã):

- (11) Pass me *the butter* please.  
 (12) Me passa *a manteiga* por favor.

• conhecimento geral

- (13) Are you going to *the club* this weekend?  
 (14) Você vai *ao clube* neste fim-de-semana?

• associados do referente:

- (15) I really like a novel by Jane Austen published in 1813. *The title is "Pride and Prejudice"*.  
 (16) Eu gosto muito de um romance da Jane Austen publicado em 1813. *O título é "Pride and Prejudice"*.

Para Hawkins, conjuntos de conhecimento compartilhado também podem ser estabelecidos por modificadores ou complementos do sintagma nominal definido. Exemplos desses conjuntos são, entre outros:

• orações relativas ou outros modificadores do nome:

- (17) John is sad because *the student he liked so much* gav up.  
 (18) O João tá triste porque *o aluno de que ele gostava tanto* desistiu.

• sintagmas ou orações associativas:

- (19) I remember *the beginning of the war* very well.  
 (20) Eu me lembro *do começo da guerra* muito bem.

• complementos do nome:

- (21) The fact *that Ann decided to go to college* is a source of joy to Max.
- (22) O fato de *que a Ana decidiu entrar na faculdade* é uma fonte de alegria para o Max.

Embora o conceito de familiaridade ou de localizabilidade em um conjunto de conhecimento compartilhado, como apresentado por Hawkins, seja bastante vago,<sup>4</sup> o que importa observar é que se, porventura, não houver possibilidade para o ouvinte acessar esse conjunto de conhecimento, sentenças com um sintagma nominal definido se tornam ininterpretáveis. Uma simples sentença como (23), enunciada como primeira sentença de um discurso, não pode ser interpretada se o ouvinte não puder, de alguma forma, localizar o referente de *o menino* em um conjunto de conhecimento que ele compartilhe com o falante.

- (23) O menino saiu.

Tomemos agora sentenças existenciais como as dos exemplos (3) e (4), aqui repetidas por conveniência:

- (24) There's the chair on the corner of the room.
- (25) Tem a cadeira no canto da sala.

Tanto quanto a sentença em (23), se essas sentenças forem as primeiras enunciadas em um discurso, e se o ouvinte não tiver meios de localizar o referente do sintagma nominal *a cadeira* em um conjunto de conhecimento que ele compartilhe com o falante, essas sentenças não vão poder ser interpretadas. Entretanto, imaginem que, na situação de enunciação, exista uma cadeira no canto da sala, e alguém esteja procurando algum objeto no qual subir para trocar uma lâmpada. Nesse caso, mesmo que as sentenças (24) e (25) forem as primeiras sentenças do discurso, vai ser possível ao ouvinte estabelecer um referente para o sintagma definido *a cadeira*. A situação de enunciação vai ser usada como o conjunto de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte.

4 Mas ver Heim (1982; 1983). Com sua Condição de Novidade/Familiaridade, a autora dá um tratamento formal às generalizações sobre a condição de familiaridade exigida pela definitude.

Portanto, quando um sintagma nominal definido cumpre os requisitos impostos pela definitude, ele pode ser bem aceito na posição pós-verbal de uma sentença existencial.<sup>5</sup> Mas essa não pode ser a história toda. Apesar de não se poder dizer que sintagmas definidos são proibidos na posição pós-verbal de sentenças existenciais, não se pode negar tampouco que sua presença nesses contextos seja restrita. Vamos ver porque.

## A estrutura sintática das sentenças existenciais

Em trabalhos anteriores (Viotti 2000a/b; 2001), propus que outro fator envolvido na resistência apresentada por sentenças existenciais à presença de sintagmas nominais definidos em posição pós-verbal é sua função pragmática. Sentenças existenciais são um convinte ao ouvinte para tomar, como parte do universo de interpretação, algum elemento ou estado de coisas que não tenha sido considerado antes, ou para enfatizar algum referente de discurso já mencionado, de maneira a fazê-lo dominar o discurso subsequente. Essa função pragmática tem sido chamada de “função apresentacional” (Hetzron, 1975; Franchi; Negrão; Viotti, 1998). Para muitos autores,<sup>6</sup> essa função das sentenças existenciais é o que exige que o sintagma nominal na posição pós-verbal dessas sentenças traga informação nova para o discurso. Como, em muitas línguas, informação nova é, em geral, marcada gramaticalmente por meio do artigo indefinido, explica-se, assim, o fato de que, em sentenças existenciais, predominam sintagmas nominais indefinidos na posição que segue imediatamente o verbo.

A conclusão dessa linha de raciocínio parece correta, mas o percurso para se chegar até ela, a meu ver, requer um pouco mais de elaboração. Como já dito, uma sentença existencial instrui o ouvinte a assumir, como parte do universo de interpretação, algum referente que não estava sendo considerado anteriormente, ou enfatiza algum referente já mencionado. Nada indica que esses referentes precisem, necessariamente, trazer informação nova. Como aponta Hetzron, a função apresentacional não exige que a coda<sup>7</sup> de uma sentença existencial contenha algum constituinte que traga, em si, informação nova. A “novi-

5 Para um tratamento formal preliminar da definitude em sentenças existenciais, feita dentro do modelo da semântica de *file-change* de Heim (1982), ver Viotti (2000a/b; 2001).

6 Ver as discussões em Prince (1981; 1992), Ward; Birner (1995), entre outros.

7 ‘Coda’ é o termo cunhado por Milsark (1974; 1977) para designar a parte de uma sentença existencial que segue o verbo.

dade” é inerente à conexão dos elementos que constitem a coda, ou, mais precisamente, no fato de que esses elementos foram colocados juntos.

A meu ver, portanto, dizer que o efeito de definitude é consequência direta e exclusiva da função pragmática dessas sentenças é contar apenas uma parte da história. É preciso considerar-se que o impacto que a função pragmática das sentenças existenciais tem sobre a definitude do sintagma nominal pós-verbal é mediado por sua estrutura sintática.

Como mostrado em Franchi, Negrão e Viotti (1998) e em Viotti (1999; 2001), as sentenças existenciais são um dos meios, mas não o único, de que os falantes dispõem para organizar o discurso e para estabelecer como devem ser entendidas as condições de produção e interpretação discursivas. Mais precisamente, as sentenças existenciais são um exemplo da atuação da sintaxe como mecanismo de organização e explicitação, no nível da sentença, de alguns dos complexos relacionamentos entre as entidades introduzidas no discurso.

Em inglês, português, e, possivelmente, em grande parte das línguas SVO, a posição de sujeito das sentenças existenciais é ocupada por um expletivo como *there* (inglês), *il* (francês), ou por uma categoria vazia sem conteúdo semântico (português,<sup>8</sup> espanhol), como mostram os exemplos a seguir:

- (26) *There* was a friend of mine in the audience.
- (27) *Il* y avait un ami à moi au publique.
- (28) Ø Tinha um amigo meu na platéia.
- (29) Ø Habia un amigo mío en la platea.

Se comparada com a estrutura sintática de sentenças declarativas simples – comumente chamada de “tópico-comentário”, em que o “tópico” corresponde ao sujeito e o “comentário” corresponde ao predicado (o verbo, seus complementos e adjuntos) – a estrutura sintática das sentenças existenciais é altamente marcada. O fato de elas não terem sujeito é uma forte sugestão de que elas não têm “tópico”.

A literatura sobre a noção de “tópico” é bastante extensa e analisa a questão sob diferentes pontos-de-vista. Neste trabalho, assumo o tratamento dado ao assunto por Givón (1979; 1983), que se baseia na noção de continuidade discursiva. A continuidade está intimamente ligada à noção de predizibilidade –

8 Em Viotti (1999), seguindo os termos do *Programa Minimalista* (Chomsky, 1995), propus que, em português brasileiro, não é necessário postular-se um expletivo nulo. Nas sentenças existenciais, a posição de sujeito nem precisa ser projetada. Volto a esse assunto mais adiante.

ou a graus de pressuposicionalidade, e à noção de processabilidade – ou a graus de acessibilidade. De maneira bastante simplificada, pode-se dizer que o que é contínuo é mais predizível, por ter alto grau de participação no conjunto de pressuposições que vem sendo construído no discurso, e é mais fácil de ser processado, porque é mais acessível ao ouvinte, justamente por ter alto grau de pressuposicionalidade.

Qualquer referente do discurso é considerado um tópico por Givón. Entretanto, os vários tópicos se diferenciam pela maior ou menor continuidade que eles têm no discurso. Portanto, de acordo com Givón, não se pode *a priori* correlacionar o tópico com um ou outro constituinte de uma sentença. Entretanto, possivelmente por questões de processamento, em línguas SVO, o constituinte que aparece no início da sentença tende a ser um constituinte com um alto grau de continuidade discursiva. Conseqüentemente, nesse tipo de língua, o sintagma que ocupa a posição de sujeito tende a denotar o referente que tem maior continuidade discursiva.

É preciso aqui fazer uma observação importante. Diferentemente de Givón, grande parte da literatura sobre o assunto só chama de “tópico” o referente de discurso que, em um determinado contexto, tem o maior grau de continuidade. Ou seja, o “tópico” é, em geral, correlacionado com um único referente de discurso que é predizível e acessível para o ouvinte, ou aquele que traz informação velha ou pressuposta. Seguindo essa corrente, daqui em diante, eu passo a chamar de “tópico” (entre aspas) o referente com maior grau de continuidade discursiva.

Continuando o que eu vinha dizendo sobre a tendência de o “tópico” aparecer na posição mais à esquerda de uma sentença, o que se pode assumir é que, em línguas SVO, a posição de sujeito é a posição *default* para a realização sintática da informação mais contínua, ou do “tópico”. Ou, como Lambrecht (1994, p. 132) sugere, em inglês e outras línguas SVO, sujeitos podem ser considerados “tópicos não-marcados”.<sup>9</sup>

Voltemos agora às sentenças existenciais de línguas SVO, como nos exemplos entre (26) e (29). Como visto, nessas sentenças a posição de sujeito ou aparece vazia, ou é preenchida por um expletivo sem conteúdo semântico.

9 É importante observar que o fato de se fazer uma correlação entre ‘tópico’ e a posição estrutural de sujeito (SpecTP) não significa que essa seja a única posição inicial da sentença que é ocupada por referentes de discurso com maior grau de continuidade. Existem os ‘tópicos da periferia esquerda’, que ocupam uma posição dentro de uma projeção A-barra, como TopP, sugerida por Rizzi (1997). Tanto quanto os ‘tópicos’ em posição de SpecTP, em termos de organização discursiva, os ‘tópicos da periferia esquerda’ da sentença têm sido considerados como referentes de discurso aos quais foi dada uma considerável continuidade.

Considerando-se (i) que existe uma correlação forte entre “tópico” e posição de sujeito; (ii) que “tópico” é um referente de discurso com alto grau de continuidade; e (iii) que as sentenças existenciais não têm sua posição de sujeito preenchida por nenhum referente, pode-se pensar que o que essa estrutura sintática faz é causar uma descontinuidade no discurso ou uma quebra no fluxo normal de informação.

A continuidade discursiva é um fator-chave para a organização das entidades do discurso e para o estabelecimento de relações entre elas. É por meio de certas marcas de continuidade que o falante mostra o que ele está assumindo ser informação que o ouvinte já conhece, ou que ele acredita que o ouvinte está pronto para assumir como já conhecida.<sup>10</sup> Ao mesmo tempo, é pelo contraste com esse tipo de informação, que o falante marca, e o ouvinte processa, aquilo que deve ser entendido como informação nova. Portanto, a estratégia-padrão de organização e processamento de discurso se baseia no jogo de contraste que se faz entre informação contínua e informação não-contínua.

Givón (1979) sugere que a posição de sujeito de uma sentença declarativa neutra tende a ser o “ponto de continuidade” (*the continuity point*) ou o fio pelo qual são feitas as asserções nos discursos naturais. Portanto, quando uma sentença é construída sem sujeito, como uma sentença existencial, o falante mostra que ele está se afastando da estratégia-padrão de organização discursiva, e quebrando as expectativas que o ouvinte tem sobre o fluxo normal de informação. Mais especificamente, o falante está rompendo a continuidade. Com isso, ele está sinalizando para o ouvinte que aquilo que vai ser dito na sentença existencial e a relação entre os referentes lá contidos devem ser interpretados como uma contribuição nova ao discurso.<sup>11</sup>

Ao optar por uma estrutura sintática marcada pela inexistência de um sujeito com conteúdo semântico, o falante está também sinalizando para o ouvinte que ele não está assumindo que os sintagmas nominais na posição pós-verbal dessa sentença sejam considerados como contínuos pelo ouvinte, de

10 Lambrecht (1994, p. 52) define esse estado de coisas como ‘pressuposição pragmática’: “The set of propositions lexicogrammatically evoked in a sentence which the speaker assumes the hearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered.” Para uma discussão a respeito da conceituação de pressuposição, ver Abbott (2000).

11 Como já dito a propósito da noção de Hetzron sobre a função apresentacional, não é necessário que os referentes de discursivo contidos em uma sentença existencial sejam, por si só, novos em relação ao discurso, ou novos em relação ao ouvinte. A novidade da asserção está no fato de que alguma relação nova, ou não esperada, foi estabelecida entre referentes discursivos.

modo a que sua referência possa ser buscada no contexto de discurso precedente.

Como conseqüência da quebra de continuidade discursiva, marcada sintaticamente pela falta de um sujeito com conteúdo semântico, as sentenças existenciais apresentam as seguintes características:

- i. sua distribuição mais freqüente é em posição inicial de discurso, o que indica que elas são usadas, em geral, em contextos discursivos em que o falante assume um grau mínimo de conhecimento compartilhado do entre ele e seu interlocutor (Givón, 1979, p. 72);
- ii. o uso de sintagmas nominais indefinidos na posição pós-verbal de sentenças existenciais é altamente preferível a sintagmas definidos, justamente porque o falante tende a não assumir nada sobre a familiaridade do ouvinte com o referente desse sintagma nominal.

Para Givón (1979, p. 66), no que diz respeito à pressuposicionalidade discursiva, as sentenças existenciais são o tipo de sentença menos marcado.

## **Sentenças existenciais com sintagmas definidos em posição pós-verbal**

Assumindo que a caracterização da relação entre a estrutura sintática e a função pragmática das sentenças existenciais feita acima esteja no caminho certo, vejamos agora que efeito ela tem na análise de sentenças existenciais construídas com sintagmas definidos na posição que segue o verbo.

A primeira predição que se pode fazer é a de, em sentenças existenciais, a localização, no discurso precedente, de um referente de discurso para o sintagma nominal definido em posição pós-verbal deve ser dificultada. Afinal, como visto, a sintaxe da sentença existencial é um mecanismo que assinala que os sintagmas nominais em sua posição pós-verbal não devem ser considerados contínuos, e, em conseqüência, sua referência não deve ser buscada no trecho de discurso que antecede sua enunciação.

Como visto no item 2 acima, o discurso precedente é um importante conjunto de conhecimento que o falante e o ouvinte compartilham,<sup>12</sup> que pode ser acessado para que se cumpra a condição de familiaridade, necessária para que o emprego do artigo definido seja feliz. Como a sintaxe das sentenças

12 Ver os exemplos (9) e (10), acima.

existenciais desencoraja o acesso a esse conjunto de conhecimento, restringem-se as possibilidades de cumprimento das condições impostas pela definitude. Com base nisso, a segunda predição que se pode fazer é a de que, para que o uso de um sintagma nominal definido na posição pós-verbal de uma sentença existencial seja feliz, é necessário que o conjunto de conhecimento compartilhado entre o falante e o ouvinte seja estabelecido por um dos outros mecanismos listados no item 2, ou seja, pela situação de enunciação, pelo conhecimento geral, por meio dos associados do referente, ou ainda por meio de orações relativas e outros modificadores ou complementos do nome.

No que diz respeito a essa segunda predição, ela parece ser confirmada por dados tanto de inglês quanto de português do Brasil. Nos *corpora* consultados,<sup>13</sup> na totalidade das sentenças existenciais que exibem um sintagma nominal definido na posição pós-verbal de sua coda, a felicidade do uso do artigo definido está atrelada à possibilidade de se estabelecer o referente do sintagma nominal por um conjunto de conhecimento compartilhado entre o falante e o ouvinte que não seja o discurso anterior. Seguem alguns exemplos:

- (30) Em Pádova tinha *a língua de Santo Antonio*, que era tão bom, tão bom, que ele nunca falou mal de ninguém. (NurcPA-37)
- (31) Bem aqui pertinho, tem ali *a fábrica de Boa-Noite daquelas espirais Boa-Noite, que a gente queima*. (NurcPA-283)
- (32) [Na Universidade] era só Filosofia. Não tinha *o pessoal de Letras*, de História,... (NurcPA-283)
- (33) Bom, tinha *os cara lá que matavam dois mil bruxos né*. (NurcSP-343)
- (34) Tem *os branco(s) mau caráter que fazem isso* e os branco(s) que deveriam cuidar deles não cuidam. (NurcPA-37)

Nas sentenças entre (30) e (34), o conjunto de conhecimento compartilhado, necessário para que se cumpra a condição de familiaridade exigida pela definitude é construído dentro do próprio sintagma nominal, quer por meio de

13 Para o português do Brasil, foram consultados os dados dos diálogos entre dois informantes (D2) do Projeto NURC. São, portanto, dados de português brasileiro falado. Para exemplos do inglês, foram consultados dados de um pequeno corpus que eu estou montando, que contém sentenças existenciais extraídas de literatura de ficção. São, portanto, dados de inglês escrito.

argumentos do nome, quer por meio de modificadores, como orações relativas, por exemplo. O mesmo acontece nas sentenças entre (35) e (38) do inglês:

- (35) There was in her story *the flatness one associates with a storyteller who is accepting of unhappy endings*. (“The World According to Garp” John Irving, Ballantine, 1978: p.180).
- (36) Suddenly there was *the sound of gravel spraying the underside of the truck*. (“The World According to Garp.” John Irving, Ballantine, 1978: p. 412).
- (37) And then there’s *the matter of my pride, assuming I have any left*. (“Pleading Guilty” Scott Turow. Warner Vision, s/d, p. 58).
- (38) But the increased contact with his daughter and grandson had obliged him to notice things he once might have pushed away, until he had no longer been able to pretend all was well. For one thing, there was *the question of Sophie’s general mood*. (“The Unconsoled” Kazuo Ishiguro. Faber e Faber, 1995, p. 14).

No que diz respeito à primeira predição, no entanto, nota-se uma assimetria entre o inglês e o português do Brasil. Observem-se, primeiramente, os exemplos (39) e (40), do inglês:

A: John is looking for a dissertation on existentials by someone called Milsark.

- (39) B: \*There’s *the dissertation* in the library of the Department of Linguistics of the University of São Paulo.
- (40) B: ?There’s *the dissertation he’s looking for* in the library of the Department of Linguistics of the University of São Paulo.

A sentença (39) não é possível, em inglês. Isso indica que, para o inglês, vale a predição de que, em sentenças existenciais, o acesso ao discurso precedente para o estabelecimento do referente de um sintagma nominal definido em posição pós-verbal é bastante constrangido. Na sentença (40), o sintagma definido é modificado por uma oração relativa, que traz, para dentro do sintagma nominal, um conjunto de conhecimento que ajuda o ouvinte a estabelecer a

referência do sintagma. O resultado é sensivelmente melhor. Mesmo assim, como ainda existe um pronome anaforicamente vinculado a um referente de discurso presente no enunciado anterior (*he*), a sentença ainda não é totalmente aceitável.<sup>14</sup>

Em português do Brasil, a situação é outra. A referência de um sintagma nominal definido na posição pós-verbal de uma sentença existencial pode ser buscada no discurso anterior, contrariando a previsão feita acima:

A: O João tá procurando uma tese sobre existenciais escrita por um cara chamado Milsark.

(41) B: Tem *a tese* na biblioteca do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo.

(42) B: Tem *a tese que ele tá procurando* na biblioteca do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo.

Tanto na sentença (42), em que o sintagma definido aparece modificado por uma oração relativa, quanto em (41), em que ele aparece sem modificadores, a presença do sintagma nominal definido em posição pós-verbal não causa nenhuma estranheza. Portanto, português parece ser mais flexível do que in-

14 É importante observar que o limite do acesso ao discurso anterior vale para sintagmas nominais cuja definitude é estabelecida pela presença do artigo definido. Sentenças existenciais que têm, em posição pós-verbal, sintagmas nominais cujo vínculo anafórico com o discurso precedente é estabelecido por pronomes possessivos ou demonstrativos são perfeitamente possíveis:

A: John is looking for someone who plays the clarinet to join his band.

i. B: There's *his* sister. Why doesn't he invite her?

A: Before you make a final decision about divorcing Max, you must consider that you have two children.

ii. B: Yeah, there's that. But I think the children will understand.

Apesar de eu não ter ainda uma explicação para essa distinção de comportamento entre sintagmas definidos introduzidos pelo artigo definido e sintagmas definidos introduzidos por possessivos ou demonstrativos, esses fatos parecem indicar que a decisão de não tratar o efeito de definitude exibido pelas sentenças existenciais como um fenômeno unitário está no caminho certo. De resto, Heim (1983), ao comentar alguns problemas enfrentados pela sua Condição de Novidade/Familiaridade (Novelty/Familiarity Condition), admite que diferentes tipos de definidos, como pronomes pessoais em contraste com descrições definidas, comportam-se diferentemente, de maneira que sua proposta teórica é incapaz de prever (Heim, 1983, p. 176). A solução para essa questão fica, então, para um próximo trabalho.

glês, ao permitir, em suas sentenças existenciais, que o referente de um sintagma nominal definido em posição pós-verbal seja buscado no discurso anterior.<sup>15</sup>

## Um esboço de análise para a assimetria

A constatação dessa assimetria pode sugerir, inicialmente, que a estrutura sintática das sentenças existenciais do português não marca uma descontinuidade no discurso, diferentemente do que foi proposto acima. Dessa maneira, sintagmas nominais definidos em posição pós-verbal de sentenças existenciais poderiam, facilmente, buscar seu referente no discurso anterior. Entretanto, esse não me parece o caminho certo a ser tomado. Primeiro porque, apesar de o português admitir sintagmas nominais definidos na posição pós-verbal de suas existenciais anaforicamente vinculados a um referente do discurso anterior, sua ocorrência é bastante limitada. Como já mencionado, em todos os casos de sintagmas definidos em posição pós-verbal de existenciais encontrados no *corpus*, a felicidade do uso do artigo definido foi possibilitada pelo estabelecimento de um conjunto de conhecimento compartilhado entre o falante e o ouvinte, diferente do discurso anterior.<sup>16</sup>

Em segundo lugar, um grande número de estudos tipológicos<sup>17</sup> tem demonstrado que as línguas de ordem SVO, de maneira geral, usam a estratégia sintática de “esvaziar” a posição de sujeito precisamente para criar uma descontinuidade no discurso. Não seria de se esperar, portanto, que o português fugisse a essa tendência.

Gostaria de sugerir que a assimetria demonstrada acima entre sentenças existenciais do português e do inglês pode estar relacionada à presença do expletivo *there* na posição de sujeito das existenciais do inglês, em oposição à ausência de um expletivo nas existenciais do português.

O expletivo *there* tem sido considerado (pelo menos desde Williams, 1984) um marcador de escopo de quantificadores. Como tal, ele bloqueia a

15 A meu ver, em português, o melhor comentário para um enunciado como *O João tá procurando uma tese sobre existenciais escrita por um cara chamado Milsark seria Tem Æ na biblioteca do Departamento...*, com o pronome nulo referindo-se à *tese sobre existenciais*. Em inglês, uma sentença com o pronome *it* em posição pós-verbal de uma sentença existencial é totalmente impossível: *\*There's it in the library of the Department...* Mantém-se a assimetria: em português, o pronome vazio pode buscar seu referente no discurso anterior; em inglês, o pronome *it* não consegue fazer o mesmo.

16 Ver os exemplos (30) a (34).

17 Ver, em especial, Givón (1983) e Li (1976).

operação de alçamento de quantificador, fazendo com que quantificadores em sentenças existenciais tenham o escopo mais estreito possível. Em uma sentença como (43), o quantificador *someone* não pode ter escopo sobre a sentença matriz, porque *there* bloqueia esse movimento.

(43) John thinks that there is someone in his house.

Mais ainda. Como, ao ver de Williams, *someone* simplesmente não se move, ele não pode nem se adjungir à sentença encaixada. Portanto, nenhuma das formas lógicas em (44) é possível para a sentença (43):

(44) a)\*someone<sub>i</sub> [John thinks that there is x<sub>i</sub> in his house]  
 b)\*John thinks that [someone<sub>i</sub> [there is x<sub>i</sub> in his house]]

Deixando de lado as questões técnicas decorrentes de uma proposta em que um quantificador não se move,<sup>18</sup> fiquemos só com a noção de que o expletivo *there*, de alguma maneira, bloqueia o vínculo de qualquer elemento sob seu escopo com algo que esteja antes dele.

Passemos agora a uma discussão paralela, que é a da longevidade de um referente de discurso, analisada por Karttunen (1976) e Heim (1982; 1983). A noção de “referência de discurso” é diferente da noção de referência. Um sintagma nominal pode ter um referente de discurso sem ter um referente. Considere-se o seguinte exemplo, traduzido do exemplo (4) de Heim (1983, p. 165):

(45) O João veio e a Maria também. *Um dos dois* trouxe um bolo.

O sintagma *um dos dois* é indefinido, e, portanto, deve se referir a uma pessoa ainda não introduzida no discurso precedente. A primeira sentença do exemplo menciona o João e a Maria, antes do sintagma *um dos dois* ser enunciado. Portanto, em princípio, o João e a Maria não são possíveis referentes para *um dos dois*. Mas isso é contra-intuitivo, porque a interpretação não-marcada de (45) nos diz que um dos dois, ou o João ou a Maria, mas não uma terceira pessoa,

18 Williams comenta que, apesar da estranheza de uma forma lógica com quantificadores não movidos, existem propostas feitas no âmbito da Gramática de Montague (Montague, 1974; Partee, 1975), que apresentam propostas para a interpretação de formas lógicas com quantificadores não movidos (Williams, 1984, p. 153). Ver, também, o tratamento dado por Heim (1982) aos sintagmas nominais indefinidos.

trouxe um bolo. Com a noção de referente de discurso, essa questão se resolve: *um dos dois* introduz um novo referente de discurso, que é diferente dos referentes de discurso *o João e a Maria*. É possível que sintagmas com referentes de discurso diferentes às vezes tenham o mesmo referente. No caso do exemplo (45) é exatamente isso que acontece: existem três referentes de discurso, mas só dois referentes.

Para Karttunen, um sintagma indefinido estabelece um referente de discurso só quando esse referente pode ser retomado mais tarde por um pronome ou um sintagma nominal definido. Comparem-se os exemplos abaixo:

- (46) O João comprou um carro. O carro/ele é vermelho.  
 (47) O João não comprou um carro. \*O carro/ele é vermelho.

Na sentença (46), o sintagma indefinido *um carro* implica a existência de um carro específico. É possível referir-se a esse carro por meio de um sintagma definido ou de um pronome. Diferentemente, em (47), nenhum carro foi introduzido no discurso. Portanto, sua retomada por um pronome ou por um sintagma definido é impossível.

Uma outra característica importante da noção de referente de discurso é que eles podem deixar de existir, dependendo de certas propriedades dos enunciados. Vejamos o que acontece em sentenças construídas com um verbo modal, como (48):

- (48) O João quer construir *uma casa*. \*Você pode ver *a casa* daqui?

Para Karttunen, o complemento de um verbo modal deve ser entendido como uma proposição ainda não verdadeira. Por isso, um sintagma indefinido na posição de complemento de um verbo modal não pode estabelecer um referente de discurso. A evidência para isso, mostrada no exemplo (48), é que o sintagma nominal *uma casa* não pode ser retomado por um sintagma definido *a casa* na sentença subsequente. Mas veja o que acontece, num enunciado como o de (49):

- (49) O João quer construir *uma casa* e mudar pra *ela* imediatamente. \*Você pode ver *a casa* daqui?

Um sintagma nominal indefinido em posição de complemento de um verbo modal pode ser retomado por um pronome (ou também um sintagma nominal definido) desde que esse pronome esteja dentro da mesma sentença, e sob o escopo do verbo modal. Assim, na primeira parte do exemplo, o pronome *ela* retoma o sintagma nominal indefinido *uma casa* sem problemas. Portanto, é possível que um sintagma nominal indefinido estabeleça um referente de discurso quando em posição de complemento de um modal, mas sua vida é curta: esse referente de discurso só existe sob o escopo do verbo modal. Fora desse escopo ele deixa de existir. Por isso, na sentença subsequente, o sintagma definido *a casa* não pode retomar o sintagma indefinido *uma casa*.

O mesmo acontece em sentenças que contêm quantificadores. Tomemos um exemplo como (50), na leitura em que *todo o mundo* tem escopo largo, e o sintagma indefinido tem escopo estreito, sendo, portanto, não-específico:

- 50) Todo o mundo encontrou *um cachorro abandonado* e levou *ele* pra casa. (b) \**Ele* fugiu.

O pronome *ele*, na primeira sentença, pode retomar o sintagma nominal indefinido *um cachorro abandonado*, porque ambos estão sob o escopo do quantificador *todo o mundo*. Entretanto, na segunda sentença, o pronome *ele* não pode ser considerado anafórico ao sintagma indefinido da primeira sentença. O fim dessa primeira sentença marca o fim do escopo do quantificador. Como o sintagma indefinido *um cachorro abandonado* só tem vida de referente de discurso sob o escopo do quantificador, uma vez terminado o escopo, ele deixa de ser um referente de discurso e, em conseqüência, não pode ser retomado por pronomes ou sintagmas nominais definidos.

Voltemos agora às sentenças existenciais do inglês, que exibiram uma assimetria em relação a sua contraparte em português, retomando o exemplo relevante para facilitar a leitura:

- (51) A: John is looking for a dissertation on existentials by someone called Milsark.  
 B: \*There's *the dissertation* in the library of the Department of Linguistics of the University of São Paulo.

A primeira observação que deve ser feita é a de que o sintagma nominal indefinido *a dissertation on existentials*, em (51)-A, introduz um referente de discurso. A evidência para isso é que esse referente pode ser retomado por

pronomes ou sintagmas nominais definidos em sentenças declarativas subseqüentes, como mostram os exemplos em (52):

- (52) a) *It was on the shelf yesterday.*  
 b) *The dissertation was on the shelf yesterday.*

Considerando-se, então, que o sintagma nominal indefinido *a dissertation on existentials* é um referente de discurso e pode ser retomado por sintagmas definidos em sentenças declarativas subseqüentes, por que é que ele não pode ser retomado em uma sentença existencial, em inglês? Minha sugestão é a de que o expletivo *there*, que ocupa a posição de sujeito das existenciais do inglês, impede que o referente de discurso, introduzido no enunciado anterior, sobreviva ao longo da sentença existencial. E isso acontece porque *there* é um marcador de escopo, como propõe Williams. Como tal, ele não só impede que um sintagma quantificado gerado dentro de uma sentença existencial suba, por alçamento de quantificador, e assuma um escopo mais amplo do que o de *there*, mas também limita a vida de qualquer referente de discurso introduzido em sentenças anteriores à enunciação da sentença existencial, que estejam sob o escopo de outro quantificador.

O raciocínio é o seguinte. Assumindo-se o tratamento clássico dado a sintagmas nominais indefinido,<sup>19</sup> uma sentença como (51)-A teria a seguinte forma lógica (simplificada):

- (53)  $(\exists x)$  [dissertation on existentials (x)  $\wedge$  (look for (John, x) (now))]

Essa forma lógica revela o escopo largo do sintagma indefinido, dando a ele uma interpretação específica. No modelo de Karttunen e Heim, sintagmas indefinidos específicos são considerados, em geral, referentes de discurso permanentes, desde que o quantificador existencial a quem eles estão ligados esteja associado a uma proposição verdadeira, e desde que não existam outros

19 Apesar de estar usando aqui a noção russelliana de que indefinidos são quantificadores existenciais, a mesma linha de argumentação funciona para um tratamento como o que Heim (1982) propõe para eles.

quantificadores mais altos envolvidos.<sup>20</sup> Isso significa que o escopo de um quantificador existencial, quando não limitado por outros quantificadores mais altos, vai além do limite da sentença em que ele está contido, e se mantém por um vasto trecho de discurso.

Portanto, o referente de discurso estabelecido pelo sintagma *a dissertation on existentials* é um referente permanente. Entretanto, quando uma sentença existencial é enunciada, o expletivo *there* marca um novo escopo, limitando a vida do referente de discurso criado sob o escopo do quantificador existencial. Como esse referente de discurso deixa de existir, ele não pode ser retomado por sintagmas nominais definidos.

*There* parece ser um marcador de escopo absoluto: nenhum elemento pode ter escopo mais largo que ele. Dessa forma, por um lado, expressões quantificadas que estejam dentro das sentenças existenciais não podem subir e ter escopo largo sobre toda a sentença, como propõe Williams; por outro, quantificadores existenciais presentes em sentenças anteriores, que tinham escopo largo, e que poderiam manter esse escopo além dos limites da sentença, não podem manter esse escopo além do expletivo. Quaisquer variáveis ligadas a esses quantificadores, que, sob seu escopo, eram consideradas referentes de discurso, deixam de sê-lo a partir do momento que o escopo do quantificador é bloqueado por *there*.

Se essas idéias estiverem no caminho certo, explica-se a diferença exibida pelas sentenças existenciais do inglês em relação às do português, no que diz respeito à possibilidade de a posição pós-verbal ser preenchida por um sintagma nominal definido, anaforicamente vinculado a um referente de discurso introduzido anteriormente.<sup>21</sup> Em português, as sentenças existenciais são sentenças “sem sujeito”. A maioria das análises da sintaxe das sentenças “sem sujeito” do português assume que existe um expletivo nulo (não-foneticamente realizado) na posição de especificador de TP. Diferentemente, em Viotti (1999), considerei a hipótese de que não é necessário postular-se um expletivo nulo para o português. Meu objetivo era, basicamente, chamar a atenção para o fato de que as análises que assumem o expletivo nulo para o português são problemáticas uma

20 Deve-se observar que é essa cláusula sobre o envolvimento de quantificadores mais altos que diferencia um referente de discurso permanente e um temporário. Na análise da sentença (50) o sintagma nominal indefinido *um cachorro abandonado* foi considerado apenas em sua leitura com escopo estreito, que dá a ele um caráter não-específico e que faz com que ele estabeleça um referente de discurso temporário. Quando o sintagma nominal indefinido tem uma leitura de escopo largo e assume um caráter específico passa a poder estabelecer um referente de discurso permanente.

21 Ver exemplos (39) a (42).

vez que elas colocam o português entre as línguas que rigidamente manifestam o EPP, mascarando o que parece ser sua verdadeira caracterização: uma língua que segue o EPP em determinadas circunstâncias, e, em outras, não.

Naquela ocasião, penso ter sustentado a hipótese do ponto de vista técnico, dando conta de questões como a satisfação do EPP e a checagem dos traços de caso nominativo em T. Entretanto, não cheguei a apresentar nenhuma evidência empírica para fortalecer sua postulação. Com as assimetrias entre o inglês e o português aqui apresentadas, parece que estamos diante de um argumento a favor da hipótese de que não existem expletivos nulos em português.<sup>22</sup> Afinal, se o português não tem um expletivo na posição de sujeito das sentenças existenciais, não há nada ali que sirva como um marcador de escopo, ou algo que limite a vida de um referente de discurso introduzido previamente. Sendo assim, os referentes de discurso introduzidos antes da enunciação da sentença existencial sobrevivem a ela e, conseqüentemente, podem ser retomados por pronomes ou por sintagmas nominais definidos, permitindo a presença desse tipo de constituinte na posição pós-verbal das sentenças existenciais.

## Conclusão

Neste trabalho, mostrei que, para que expressões definidas em posição pós-verbal de sentenças existenciais sejam bem aceitas, elas precisam, antes de mais nada, cumprir os requisitos impostos pela definitude, especialmente a condição de familiaridade. De maneira intuitiva, a condição de familiaridade corresponde, segundo Hawkins (1978), à inclusão do referente de uma expressão definida em um determinado conjunto de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte. Uma das principais maneiras de se estabelecer esse conjunto de conhecimento compartilhado é por meio do próprio discurso. Dessa maneira, qualquer trecho de discurso pode servir como conjunto de conhecimento compartilhado para o estabelecimento da referência de um sintagma nominal definido enunciado em um trecho de discurso subsequente.

Entretanto, as sentenças existenciais são sentenças cuja função pragmática é justamente quebrar a continuidade discursiva. Elas fazem isso por meio de uma estrutura sintática, em que a posição de sujeito ou aparece vazia, como no

<sup>22</sup> Reconheço, no entanto, que essas assimetrias ainda não chegam a constituir evidência independente forte a favor da hipótese da inexistência do expletivo nulo. Muitos podem sugerir que o expletivo nulo do português tenha uma natureza diferente da do *there* do inglês, e não seja um marcador de escopo.

caso do português, ou vem preenchida por um expletivo, como no caso do inglês. Mesmo assim, em português, sintagmas nominais definidos em posição pós-verbal de sentenças existenciais podem estar vinculados a um referente de discurso introduzido em enunciados anteriores. Em inglês, isso não é possível. A hipótese deste artigo é a de que isso se deve à presença do expletivo *there*, que ocupa a posição de sujeito das sentenças existenciais do inglês. *There* é considerado um marcador de escopo, nos termos de Williams (1984). Como tal, ele limita a vida de um referente de discurso introduzido anteriormente à enunciação da sentença existencial, e que se encontra sob o escopo de um outro quantificador. Em consequência disso, um sintagma nominal definido que aparece sob o escopo de *there* não pode estar anaforicamente ligado a um referente de discurso introduzido antes da sentença existencial. Em português, essa ligação é permitida. Isso sugere que é possível que o português brasileiro não tenha um expletivo nulo na posição de sujeito das sentenças existenciais, como hipotetizado em Viotti (1999).

## RESUMO

Este trabalho pretende mostrar que boa parte do efeito de definitude exibido por sintagmas nominais introduzidos pelo artigo definido na posição pós-verbal das sentenças existenciais pode ser explicada pelas condições impostas pela própria definitude, ligadas à função pragmática dessas sentenças. Seu objetivo é também explorar a possível conexão que existe entre a estrutura sintática das sentenças existenciais e o efeito de definitude, apontar algumas assimetrias entre o inglês e o português brasileiro, e mostrar que a base dessa assimetria está no fato de as sentenças existenciais do inglês terem o expletivo *there* em sua posição de sujeito, em oposição ao português, que não exhibe nenhum constituinte nessa posição.

*Palavras-chave: sentenças existenciais, efeito de definitude, continuidade discursiva, referentes de discurso, expletivos.*

## ABSTRACT

This paper attempts to show that the definiteness effect exhibited by determiner phrases introduced by the definite article occupying the post-verbal position of existential sentences can be explained by the conditions on definiteness, and by the pragmatic

function of these sentences. It also explores the connection between the definiteness effect and the syntactic structure of existential sentences, and shows some asymmetries between English and Brazilian Portuguese. The reason for these asymmetries is claimed to be the presence of the expletive there in subject position of existentials in English, as opposed to the absence of a constituent in subject position of existentials in Portuguese.

*Key-words: existential sentences, definiteness effect, discourse continuity, discourse referents, expletives.*

## REFERÊNCIAS

- ABBOTT, B. A pragmatic account of the definiteness effect in existential sentences. *Journal of Pragmatics*, n. 19, 1993. p. 39-55.
- ABBOTT, B. Presuppositions as nonassertions. *Journal of Pragmatics*, n. 32, p. 1419-1437, 2000.
- BARWISE, J.; COOPER, R. Generalized quantifiers and natural language. *Linguistics and Philosophy*, n. 4, p.159-219, 1981.
- BELLETTI, A. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 1, p. 1-34, 1988.
- CHESTERMAN, A. *On Definiteness. A Study with Special Reference to English and Finnish*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.
- FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Sobre a gramática das sentenças impessoais com TER/HAVER. *Delta*, n. 14, p. 105-131, 1998.
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GIVÓN, T. *Topic Continuity in Discourse. A Quantitative Cross-Language Study*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983.
- HAWKINS, J. A. *Definiteness and Indefiniteness. A Study in Reference and Grammaticality Prediction*. London: Croom Helm, 1978.
- HEIM, I. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Tese (Doutorado) - University of Massachusetts, Amherst. Massachusetts, 1982.

- HEIM, I. File change semantics and the familiarity theory of definiteness. In: BÄUERLE, R.; SCHWARTZE, C.; STECHOW, A. von (Ed.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin: Walter de Gruyter, 1983. p.164-189.
- HETZRON, R. The presentative movement, or why the ideal word order is V.S.O.P. In: LI, C. (Ed.). *Word Order and Word Order Change*. Austin: University of Texas Press, 1975.
- KARTTUNEN, L. Discourse referents. In: MCCAWLEY, J. (Ed.). *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1976. v. 7, p. 363-385.
- KEENAN, E. A semantic definition of "indefinite NP". In: REULAND, E.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1987. p. 14.
- LAMBRECHT, K. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LI, C. *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- LUMSDEN, M. *Existential Sentences*. Their Structure and Meaning. London: Routledge, 1988.
- LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MCNALLY, L. *A Semantics for the English Existential Construction*. New York: Garland, 1997.
- MILSARK, G. *Existential Sentences in English*. Cambridge, Mass., 1974. Tese (Doutorado) - Department of Linguistics, MIT.
- MILSARK, G. Toward an explanation of certain peculiarities of the existential construction in English. *Linguistic Analysis*, v. 3, n. 1, p. 1-29, 1977.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- PRINCE, E. The ZPG letter. Subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W.; THOMPSON, S. (Eds.). *Discourse Description*. Diverse Linguistic Analyses of a Fund-Raising Text. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.
- RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *Elements of Grammar*. Handbook in Generative Syntax. Dordrecht: Kluwer, 1997.
- SAFIR, K. *Syntactic Chains and the Definiteness Effect*. Cambridge, Mass., 1982. Tese (Doutorado) - Department of Linguistics, MIT.

SAFIR, K. What explains the definiteness effect? In: REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Ed.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1987.

STALNAKER, R. Pragmatic Presuppositions. In: MUNITZ, M.; UNGER, P. (Ed.). *Semantics and Philosophy*. New York: NYU Press, 1974.

VIOTTI, E. *A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - Departamento de Lingüística, Universidade de São Paulo.

VIOTTI, E. *Definiteness and existentials*. Trabalho apresentado no 1.º Workshop de Semântica do Português do Brasil, Departamento de Lingüística, USP, 2000a.

VIOTTI, E. Sentenças existenciais construídas com sintagmas nominais introduzidos pelo artigo definido. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 16., Portugal, Coimbra. *Actas...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000b. p. 759-770.

VIOTTI, E. Definites in existential sentences. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA COGNITIVA, 7., 2001, Santa Bárbara. Universidade da Califórnia.

WARD, G.; BIRNER, B. Definiteness and the English existential. *Language*, v. 71, n. 4, p. 722-742, 1995.

WILLIAMS, E. (1984). There-Insertion. *Linguistic Inquiry*, v. 15, n. 1, p. 131-153.